

GEPOLÍTICA DA MUDIATIZAÇÃO: FINANCEIRIZAÇÃO, FRONTEIRAS NACIONAIS E FORÇAS DISRUPTIVAS ¹

GEPOLITICS OF MUDIATIZATION: FINANCIALIZATION, NATIONAL BORDERS, AND DISRUPTIVE FORCES

Ada C. Machado Silveira²

Resumo: A política tarifária de Donald Trump está proporcionando a retomada do tema das fronteiras nacionais. A midiatização da retomada das fronteiras nacionais possibilita indagar se as históricas diferenças na circulação de fluxos de mensagens encontram amparo nas abordagens de midiatização no Sul e no Norte Global. Ou tais fluxos provam novos sentidos? A tradução das disputas tarifárias para o vernáculo local exacerba versões alarmistas e que possuem dificuldades para incrementar a particular inserção no grupo dos BRICs e conceber-se como partícipe do mundo multipolar. A financeirização da economia talvez seja o principal capital noticioso a orientar a midiatização da sociedade brasileira em tal contexto.

Palavras-chave: Midiatização; Violência; Fronteiras; Midiosfera.

Abstract: Donald Trump's tariff policy is leading to a revival of the issue of national borders. The mediatization of the resumption of national borders allows us to question whether the historical differences in the circulation of message flows are supported by approaches to mediatization in the Global South and North. Or are these flows taking on new meanings? The translation of tariff disputes into the local vernacular exacerbates alarmist versions that struggle to strengthen our particular position within the BRIC group and conceive as participants in the multipolar world. The financialization of the economy is perhaps the main news capital guiding the mediatization of Brazilian society in this context.

Keywords: Mediatization; Violence; Borders; Mediasphere.

¹ Conferência apresentada no VII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais. POSCOM-UFSM e ECA-USP na “Mesa 2 — Democracia e autoritarismo: comunicação, conflitos e regulação”.

² Professora titular UFSM. <https://orcid.org/0000-0002-9005-9334>,
<http://lattes.cnpq.br/0962895520743039>, ada.silveira@ufsm.br.

1 INTRODUÇÃO

A política tarifária de Donald Trump deflagrada em seu segundo mandato inaugurado em 2025 está proporcionando a retomada do tema das fronteiras nacionais. O Brasil, integrante inicialmente do grupo menos taxado, é também beneficiado pela possibilidade de ampliar exportações para a China através da substituição de contratos norte-americanos. As disputas comerciais impactam a agenda geopolítica e deixam de usar as máscaras do nacionalismo liberal, assumindo a face crua de impacto populista na esfera pública em sua perspectiva midiática.

A mediatização da retomada das fronteiras nacionais possibilita indagar uma perspectiva ampliada, referente às históricas diferenças na circulação de fluxos de mensagens amparados nas abordagens de mediatização no Sul e no Norte Global. No entanto, cabe supor se tais fluxos seriam capazes de provar novos sentidos.

Superando tais diferenças, a tradução das disputas tarifárias para o vernáculo local exacerba versões alarmistas sobre os conflitos comunicacionais e midiáticos. Assim, o Brasil possui dificuldades próprias para incrementar sua particular inserção no grupo dos BRICs e conceber-se como partícipe do mundo multipolar. No Brasil não se fala em mandarim correntemente, mas também não se fala inglês. Ou seja, há uma distância a ambos os universos linguísticos. O que faz valer a recordação do debate promovido pela UNESCO nos anos 1970-80, defendendo a possibilidade de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC). Havia uma percepção de que os países desenvolvidos controlavam a mídia global, exportando informação e cultura para o resto do mundo, enquanto os países em desenvolvimento tinham pouca voz. Sobreveio a polêmica proposta de equilibrar o fluxo informacional, controlado por agências de notícias. Sua base intelectual proveio do Informe MacBride (1987) que trazia recomendações para construir uma comunicação mais justa e equilibrada no mundo. Suas recomendações em termos de Democratização da informação prescreviam a proteção da diversidade cultural e linguística, o apoio à comunicação comunitária e regional, a garantia do direito de todos à informação e, especialmente, o reconhecimento da comunicação como um direito humano fundamental. Estas questões recrudeceriam com o advento da plataformização e um patrocinador seu, os agentes financeiros.

2 A FINANCEIRIZAÇÃO COMO CAPITAL NOTICIOSO

A financeirização da economia talvez seja o principal capital noticioso a orientar a mediatização da sociedade brasileira em tal contexto. Intervenções discursivas ditadas pelo desequilíbrio ambiental e pela agudização dos problemas sociais conservam sua tônica em clave de reconhecimento de situações de violência e narrativas de medo. Uma agenda que talvez se registre como o principal tema a dar constância da participação brasileira enquanto ator expressivo na emergência do mundo multipolar. A comunicação, quando pareada com o capitalismo financeiro, converteu-se, nos termos de Muniz Sodré (2014), não apenas em biombo ideológico da financeirização, mas também sua base material. Ou seja, é aí que a comunicação mediatizada demonstra seu potencial para incrementar velocidade circulatória e flexibilidade ao dinheiro e à acumulação. Como reforça o autor: “os acordos de interconexão da Internet não originam apenas um tráfico de mensagens, mas principalmente de dinheiro”.

A inclusão financeira (ou inclusão bancária) passou a fazer parte da agenda de políticas públicas de governos e, conforme analisamos no caso de um aplicativo de pagamentos (Silveira; Fanfa, 2022), a relação entre financeirização e globalização necessita de empresas que forneçam a base material para seus negócios. Em tal contexto, “[...] o plano nacional é apenas a ‘rampa de lançamento’, enquanto que seu espaço lucrativo é o planeta, isto é, a parte dele economicamente ‘explorável’”. (Braga, 1998-220).

Os vínculos entre mídia e financeirização decorre da plataforma bancária, responsável por uma mutação sociocultural, conforme aponta Sodré (2014). A financeirização, tomada como um novo modo de ser da riqueza, centralizada na reprodução do capital financeiro, derivando-se uma crescente importância dos mercados, instituições e elites financeiras.

A geopolítica do mundo multipolar pode exacerbar as vulnerabilidades da mediatização para a sociedade brasileira. A fronteira de conflito simbólico entre o que é próprio e o que é alheio. A tradução como mecanismo modelizante, conforme apontam Machado e Barei (2019), enfatiza a importância de uma semiótica que se move entre perturbações e imprevisibilidades do tempo histórico. O conflito Rússia e Ucrânia colocou em evidência a fratura social do mundo báltico. O peso dessa fratura atinge o

nosso universo acadêmico com o questionamento da disciplina de Semiótica para nossos cursos de graduação em Comunicação. Aponta-se a questão: o diálogo intercultural pode prescindir do conhecimento Semiótico? Quais são os valores epistêmicos que passam a intervir em nossos debates?

Muitas violências epistêmicas podem estar supostas nos processos apontados. Parte expressiva delas decorre do confronto atual entre valores creditados ao eurocentrismo frente à reclamada decolonização. Se, de um lado, culturas e saberes subalternizados cobram protagonismo, de outro, a amálgama estruturada pela episteme Ocidental encontra cada vez maiores questionamentos. Seria possível, então, falar de um epistemicídio sociossemiótico do Ocidente? A afirmação do pluralismo em uma nação multiétnica como o Brasil enfrenta debates exacerbados. E do ambiente conflitivo se alimentam os extremismos. O Brasil, em seu isolamento linguístico decorrente do monolinguismo possui uma fragilidade que o expõe à violência simbólica. A emergência de um bloco multipolar supõe a aproximação cultural e mediação de posicionamentos linguísticos, axiológicos e discursivos de nações extremamente diversas. O Brasil é um Estado nacional jovem em meio a Estados milenares como China e Índia.

A propósito da Índia, perfila-se uma importante noção no trato das diferenças culturais, eurocentrismo e colonialismo, e que proporcionou a noção de violência epistêmica, nos termos de Gayatri Spivak (2010), conforme aponto brevemente a seguir sob o prisma das diferenças idiomáticas.

3 AS DIFERENÇAS IDIOMÁTICAS

A padronização no português brasileiro superou o uso de idiomas dos povos originários e evitou historicamente as fragmentações internas. Muitas perdas culturais ocorreram até que o português brasileiro se afirmasse como idioma de mais de 200 milhões de pessoas, a maior comunidade lusófona no mundo, distribuída nos continentes americano, europeu, africano e asiático. Essa realidade proporcionou a existência de uma comunidade linguística relativamente fechada.

O Brasil tem o português como língua oficial e praticamente toda a população é alfabetizada nesse idioma. Mais de duas centenas de línguas indígenas estão fora do

circuito comunicacional midiático. Idiomas africanos são, igualmente, segregados em pequenas comunidades de falantes.

Além do epistemicídio suposto no desaparecimento de centenas de idiomas dos povos originários do Brasil, um outro fenômeno se manifesta e num certo propósito de resistência. No Brasil não se fala em chinês (mandarim) correntemente, mas também não se fala inglês. Isso significa que tanto o inglês (língua franca global) quanto o mandarim (língua de um dos maiores parceiros comerciais do Brasil) não são usados amplamente no dia a dia. Diferentemente de países com tradição bilíngue, no Brasil não há uma segunda língua fortemente institucionalizada no cotidiano. Nem mesmo o espanhol dos países vizinhos está sistematicamente implantado na educação formal.

Conforme registrei em outro texto (Silveira, 2025, p.374), tal aspecto assinala uma diferença que Clifford Geertz (1997, p.209) havia apontado em relação aos latino-americanos ao entender que nosso isolamento linguístico favorece a "provincialização intelectual". Trata-se de um apontamento que me proporciona a fortuna de indagar justamente sobre o seu contrário, ou que tipo de resistência a cultura brasileira, em sua "provincialização" possui de positivo frente a outras culturas denominadas "cosmopolitas".

Em que pese tais fatores, mesmo sem ser falado correntemente, o inglês é ensinado como língua estrangeira e se tornou fundamental para ciência, tecnologia, diplomacia e negócios. Registra ainda a expressão das principais publicações científicas e da economia digital. A ausência de fluência generalizada no Brasil é vista como uma barreira de competitividade internacional.

Na perspectiva comunicacional midiática, o inglês veicula a cultura pop, dominando a expressão em filmes, música, literatura, tecnologia e internet. Seu alfabeto e vocabulário de origem latina via francês possuem grande familiaridade com o português. O mandarim, por sua vez, conta com crescente influência cultural no cinema, nas artes marciais, na culinária e k-pop/mandopop. O mandarim utiliza o sistema de escrita logográfico (ideogramas), e uma variedade de tons na pronúncia e estrutura linguística diferenciada.

A China configura-se como o principal parceiro comercial do Brasil, comprando grande parte da soja, minério de ferro e petróleo. Apesar disso, o mandarim não se

implantou na educação formal. Além disso, a China, em negociações, costuma se adaptar ao inglês como língua intermediária. O Brasil ainda mantém fortes relações culturais, acadêmicas e de entretenimento com países que possuem a língua inglesa em seus ambientes de comunicação.

Essa conjuntura envolve a perda de oportunidades diretas de negócios, diplomacia e intercâmbio cultural com a China. Implica ainda na dependência de intermediários, os tradutores que têm no inglês uma língua ponte. A ausência do mandarim como língua corrente no Brasil reflete o peso histórico e cultural do português e a função do inglês como língua global. O país não fala nem inglês nem mandarim correntemente porque ambos são aprendidos como línguas estrangeiras, mas a importância do inglês implantou-se como universal. Já o mandarim faz-se estratégico, especialmente no campo econômico, mas ainda não se tornou prioridade de ensino no Brasil.

Essa barreira pode, no entanto, ser superada com estratégias, como as que são mencionadas à continuação.

4 CHINESAS DIRIGINDO-SE A BRASILEIROS

Buscando entrelaçar culturas tão distintas, como podem ser aquelas constituintes da China ou do Brasil, trago o exemplo de duas mulheres jovens, qualificadas como repórteres chinesas e que se expressam em português brasileiro no Instagram.

Dirigindo-se à audiência brasileira com conta aberta no Instagram em junho de 2019, apresenta-se Yili, uma professora de cultura e educação asiática e mandarim que atua no Brasil: @yili.oichina – Asiatic Culture and Educativo - Mandarin lessons. Com uma legião de seguidores no TikTok (1,2M +), dedica-se a explicar as diferenças entre as duas nações. Na postagem em referência, ela comenta as restrições que a regulação de plataformas na China dedica para situações abusivas de influencers que ferem valores morais em suas postagens digitais. A postagem valeu-se de nossa ausência de regulamentação de conteúdos para plataformas e a instalação no Brasil de uma comissão parlamentar de inquérito, bem como o depoimento de uma influencer, ambos referidos nas hashtags #jogo, #jogos, #virginiafonseca, #cpi e #internet. A postagem teve 35,6 K de curtidas, 3.016 comentários e 11.100 compartilhamentos.

Olivia Young apresenta-se como mãe do menino de nome ocidental, Gustavo, jornalista chinesa, comentarista e exploradora global: @reporter_oliviayang – Vinicius' mother - Chinese Journalist – Commentator - Global explorer. Sua conta no Instagram está registrada na Tailândia desde março de 2023. Nesta postagem ela inverte jocosamente uma situação a que estamos acostumados, aquela referente à avalanche de produtos chineses para uma outra inversa, que beneficia o consumo de produtos brasileiros pelos chineses, possibilidade pela política tarifária de Donald Trump, registrando tais termos como hashtags #tarifas e #Trump. A postagem teve 31,6 K de curtidas, 2.998 comentários e 9.895 compartilhamentos.

As duas repórteres fazem uso de competências de midiatização jornalística e oscilam entre o que eu já analisei como manifestação da midiosfera alternativa, aquela que se opõe à mídia instituída (Silveira, 2024). Elas recorrem a repertórios de linguagem popular e revelam conhecer métricas preditoras de espectro político-ideológico. Os exemplos da repórteres chinesas em suas postagens do Instagram utilizam-se do valor hegemônico da língua portuguesa no Brasil, reconhecendo nosso coloquialismo e gírias. Elas expõem com naturalidade e fazem uso da interlocução presumida através do uso de efeitos de leveza, simpatia, inocência, ingenuidade e ironia. Uma postura distante dos cânones jornalísticos tradicionais. No entanto, seu posicionamento corteja práticas postuladas por algoritmos desenvolvidos por forças extremistas, o que aproxima sua atividade com antigas práticas de propaganda de regimes nacionalistas, fossem eles capitalistas ou comunistas.

Transplantando as problemáticas de violência epistêmica para o Brasil, postulo que comunicar-se por via midiatizada requer construir a imagem de um representante médio daquele grupo social ao qual o falante pertence, no caso, as repórteres chinesas mencionadas, o que supõe um desafio, mas realizando “[...] transposições legítimas, o que pressupõe conhecer os sistemas de produção de sentido que são as línguas e as formas que elas têm ou permitem criar sentidos de uma língua em outra língua”, conforme sustenta Sobral (2008, p. 33).

5 CONCLUSÃO

As novidades apontadas se estabelecem num horizonte de permanentes rupturas. A atividade noticiosa brasileira guarda profundo ressentimento com o Partido Comunista Chinês e seu Estado. Manifesta-se, assim, violências epistêmicas e que apontam para a suplantação sociossemiótica do Ocidente. A hipótese reclama atenção face ao horizonte de datificação dos conteúdos no mundo da vida, os quais apontam para o valor transcendental da financeirização, tomada como herança cartesiana e protestante, que se impõe como valor capitalista universalizante.

No ambiente acadêmico brasileiro, até o começo do presente século, tivemos certa prevalência da abordagem da Sociedade do Espetáculo. Posteriormente, conhecemos processos que promovem o uso de senso comum do termo midiatização em favor da postulação de sua teorização em diversos campos do conhecimento. E é desta maneira que eu entendo a perspectiva brasileira da pesquisa em midiatização. Uma resposta de acadêmicos de Comunicação a uma reclamação social do mundo da vida face à midiatização e forças comunicacionais disruptivas.

REFERÊNCIAS

BRAGA, J. C. de S. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 195–242

GEERTZ, C. **La interpretación de las culturas**. Barcelona: Gedisa, 1997.

MAC BRIDE, S. *et al.* **Un solo mundo, voces múltiples**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

MACHADO, I.; BAREI, S. Editorial. Uma semiótica que se move entre perturbações e imprevisibilidades do tempo histórico. **Bakhtiniana**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. Port. 6–17 / Eng. 7, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/45409>. Acesso em: 4 nov. 2025.

SILVEIRA, A. C. M. Mídiosfera disruptiva: desafios epistêmico-comunicacionais da noticiabilidade midiatizada. **ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, 33., 2024, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: COMPÓS -UFF, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/midiosfera-disruptiva->

desafios-epistemico-comunicacionais-da-noticiabilidade-mid?lang=pt-br. Acesso em: 12 ago. 2025

SILVEIRA, A. C. M. Interações para o avanço do diálogo Norte-Sul. In: FERREIRA, J. G.; BOLIN, G.; SILVEIRA, A. C. M.; LOFGREN, I (Orgs.). **Midiatização Sul e Norte**. Perspectivas epistemológicas e empíricas no Brasil e na Suécia. Porto Alegre: Sulina, 2025. p.365-375.

SILVEIRA, A. C. M.; FANFA, M. de S. A mídia como base material da financeirização: modelos mentais e instrução prévia em aplicativos de pagamento. Iberoamericana. **Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 51, p. 106-115, 2022. Disponível em <https://iberoamericana.se/articles/10.16993/iberoamericana.556>. Acesso em: 3 nov. 2025.

SOBRAL, A. U. **Dizer o ‘mesmo’**: outros ensaios sobre tradução. Belo Horizonte: SBS, 2008.

SODRÉ, M. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.